

REVOLUÇÃO DE 1923: O BAILE, AS MORTES E A EMANCIPAÇÃO DO PRATA (1924)

REVOLUTION OF 1923: THE BALL, THE DEATHS AND PRATA'S EMANCIPATION (1924)

Eliana Gasparini Xerri¹

Resumo: As tensões políticas entre jagunços (defensores das ideias de Assis Brasil) e pitocos (apoiadores de Borges de Medeiros), durante a Revolução Federalista de 1923, no interior do Rio Grande do Sul, são o foco desse estudo. Nova Prata apresenta características peculiares em sua ocupação por ser área intermediária entre os lotes destinados aos imigrantes europeus no final do século XIX e área de ocupação de lusos brasileiros e espanhóis. Ali se instalaram casas comerciais que atendiam aos moradores locais e de áreas vizinhas. Os grupos políticos eram constituídos por comerciantes, médicos, farmacêuticos e industriais. A pesquisa é qualitativa, com aporte teórico da História Política e os procedimentos metodológicos se apoiam na revisão bibliográfica e análise de entrevistas com moradores de Nova Prata realizadas em 1998 e 1999.

Palavras-chave: Revolução Federalista de 1923; interior do Rio Grande do Sul; história política.

Abstract: The political tensions between jagunços (defenders of Assis Brasil ideas) and pitocos (Borges de Medeiros supporters), during the Federalist Revolution of 1923, on Rio Grande do Sul interior, are this research's focus. Nova Prata shows peculiar characteristics in its occupation as it's a middle ground between European immigrants of the end of the 18th century destined allotments and occupation area of Brazilian Portuguese and Spanish. There commercial houses were installed, catering to local residents and those from neighboring areas. Both political groups were constituted by merchants, doctors, pharmacutists and industrials. The research is qualitative, with theoretical foundation on Political History and methodological procedures based on bibliographical revision and analysis of Nova Prata's residents interviews made on 1998 and 1999.

Keywords: Federalist Revolution of 1923; Rio Grande do Sul's interior; political history.

Introdução

Existem acontecimentos que ficam adormecidos na história por muito tempo, principalmente quando envolvem fatos desagradáveis, como a morte. Assim acontece com fatos da História Local de Nova Prata – RS, em particular a respeito do envolvimento de grupos locais partidários de Assis Brasil (jagunços) e de Borges de Medeiros (pitocos) no período da denominada Revolução Federalista de 1923.

Assim, esse estudo se insere na perspectiva teórica da História Política, pois

[...] Praticamente não há hoje muitas realidades de nossa história que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais. Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. (REMOND, 2003, p. 36).

Se, por algum tempo, a História Política foi associada a posturas positivistas e, para muitos, distante das realidades cotidianas, o seu ressurgimento, sobretudo nas últimas décadas, a tornaram um campo fértil de possibilidades. Por isso, é com ênfase nessas possibilidades que pessoas singulares de Capoeiras¹ se envolveram em atos políticos e a localidade foi chamada de Nova Calábria. À vista disto, é importante relacionar Capoeiras com a Primeira República brasileira.

República no Brasil e no RS, abreviado contexto

A experiência monárquica brasileira, a mais longa das Américas, foi substituída pelo regime republicano em 1889. Várias manifestações em defesa do regime republicano ocorreram desde meados da segunda metade do século XIX. Considera-se o Manifesto Republicano de 1870 como marco político de impacto para o crescimento da defesa das ideias contrárias ao Império, pois

Coerente com o princípio descentralizador do federalismo, que se constituía na grande bandeira política dos republicanos de todos os matizes e na principal proposta do Manifesto de 1870, o movimento republicano organizou-se desde então em partidos políticos provinciais; divulgou seus ideais em jornais da corte e das províncias; multiplicou a existência de clubes republicanos por todo o país; chegou a eleger dois representantes para a Câmara dos Deputados; organizou congressos Republicanos como os de 1887 e 1888; abrigou tendências diferenciadas entre as quais os chamados *republicanos históricos* – os signatários do Manifesto de 1870 –, os positivistas, os moderados, os liberais e tantos outros; cooptou os descontentes com os rumos do Estado Imperial. (NEVES, 2018, p. 25).

Alguns dos sintomas do esgotamento do longo governo monárquico foi o centralismo político através do poder moderador que, junto ao executivo, sobrepuja-se de forma autoritária na sociedade. É hegemônico entre historiadores que o regime imperial vinha perdendo apoio de grupos importantes: cafeicultores; representantes da igreja católica; militares e setores da sociedade civil. Restritos os apoios, o regime sucumbiu em 15 de novembro de 1889, no entanto

Apesar da conspiração republicana que preparou o ato, naquele primeiro momento Deodoro limitou-se a derrubar o gabinete. Só ficou claro para todos que se tratava de mais do que isso quando, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, algumas horas depois, uma representação liderada por José do Patrocínio declarou, em nome do povo, consumada a queda da Monarquia e proclamada a República como nova forma de governo do Brasil. Apenas à noite instalou-se um governo provisório. O imperador foi intimado a deixar o país em 24 horas. (MATOS, 2012, p. 89).

A república contou com defensores que propagavam transformações significativas e favoráveis à sociedade, com economia avançada em outros setores, além do primário, e nova política sem favoritismos; dessa forma, o Brasil republicano estaria amparado por ideias de modernização do País. Todavia, desde seu princípio, não foi o que ocorreu, uma vez que

A Primeira República, em seus 41 anos de existência, não fez jus às promessas da propaganda de promover a ampliação da participação política, o autogoverno do povo. (...) Não transformou em cidadãos o jeca doente de Monteiro Lobato e dos higienistas, o áspero sertanejo de Euclides, os beatos de Canudos e do Contestado, o bandido social do cangaço, o anarquista do movimento operário. (CARVALHO, 2017, p. 18).

Portanto, o público ficou à mercê das promessas e das ações do governo que se estabelecia. Essa breve contextualização sobre a mudança de regime governamental permite constatar as dificuldades e ideias que promoveram manifestações e rebeliões em várias partes do território nacional² e que atestam que a república gerou oposições, greves, protestos e revoltas, como a que ocorreu no Rio Grande do Sul.

Ainda nesse contexto, as diferenças regionais estaduais acabaram se acentuando com práticas como as da política dos governadores e as ações coronelísticas que constituem a conhecida república oligárquica, entendida como:

Entre as características dos regimes oligárquicos que estiveram presentes na Primeira República podemos destacar: o parentesco e a lealdade pessoal como critérios para o recrutamento político; a estabilidade baseada na contenção de minorias oposicionistas; o uso de instrumentos extralegais para a manutenção de privilégios e benesses; a prática de relações políticas tradicionais, que não levavam em conta a meritocracia como mecanismo de ascensão política; a presença de expedientes autoritários usados com o fim de se manter o poder concentrado nas mãos dos mesmos grupos; e, por

fim, a presença de uma maioria politicamente apática, que não se interessava em integrar a comunidade política. (VISCARDI, 2019, p. 290).

Com maior ou menor intensidade nas localidades brasileiras, as características políticas regionais determinaram, como afirmado anteriormente, afastamento do povo e descontentamentos entre opositores e até entre apoiadores; ou seja, a Primeira República esteve pontuada por buscas de afirmação de grupos políticos, que pouco expressavam as necessidades da maioria da população. Como exemplo da insignificante participação política da maioria da sociedade, a respeito das eleições:

O regime republicano eliminou a exigência de renda, mas manteve a proibição do voto do analfabeto. A participação eleitoral nas eleições presidenciais foi de 2% em 1894, de 3% em 1910, de 2,9% em 1922, e de 5,6% em 1930. Literalmente, a Primeira República foi uma república sem povo, mais uma originalidade nossa. (CARVALHO, 2017, p. 56).

Exemplificada a ausência do povo, as particularidades apresentadas são amostras do cenário da Primeira República e contribuem para possibilidades interpretativas sobre a Revolução Federalista de 1923 no interior do Rio Grande do Sul.

Considerar a Revolução Federalista de 1923 requer associar eventos como os expostos anteriormente à conjuntura estadual, em específico, com os primeiros anos republicanos no RS. No sentido de elucidar os acontecimentos, é preciso retomar aspectos da Revolta Federalista de 1893:

Os federalistas (alcunhados de “maragatos”) depuseram as armas em 1895, conseguindo do governo a promessa de que seria revista a constituição, no sentido de que se impedisse a reeleição sucessiva do presidente do Estado (promessa que não se efetivou). Na etapa que se seguiu após a luta pelo poder entre as duas facções políticas (republicanos e federalistas), o PRR³ consolidou o seu domínio. O final do conflito implicou tanto o fortalecimento da máquina política situacionista quanto a polarização partidária no Rio Grande do Sul. (PESAVENTO, 1984, p. 79).

Entre os anos de 1893 e 1895 ocorreu a maior e mais violenta manifestação contrária ao governo no estado. De um lado, defensores do regime monárquico, propondo até o retorno do imperador; de outro, os situacionistas, que chegaram ao poder e necessitavam defendê-lo. A violência ocorria de ambos os lados e seus reflexos políticos e sociais se fizeram sentir nos anos seguintes, sendo propulsores dos acontecimentos de 1923.

As disputas se acirraram em um cenário republicano tumultuado interna e externamente com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Durante o conflito mundial, a crise política no Estado foi atenuada, uma vez que

Os anos que se seguiram, até o final da Primeira Guerra Mundial, foram os melhores momentos do domínio republicano no estado. Nestes anos, o PRR sofreu menos contestação em âmbito estadual, além de conseguir do governo central autorização para encampar a Viação Férrea e o Porto de Rio Grande, que passaram para a esfera estadual. A guerra criou grande demanda para os produtos gaúchos, com o que se ativaram as exportações estaduais. (PESAVENTO, 1984, p. 80).

Embora a economia estivesse fortalecida, seus efeitos não atingiam a totalidade da população; dessa forma, as tensões sociais cresciam, uma vez que a república rio-grandense, assim como a nacional, excluía a participação popular. Exemplo do aumento desse tensionamento foram as manifestações operárias que desencadearam greves e passeatas em várias cidades gaúchas e que, pela ausência de leis trabalhistas, implicavam reações violentas por parte das forças de segurança a serviço dos governantes locais.

Os anos posteriores à Primeira Guerra Mundial trouxeram recuos na economia, aumentando as tensões entre as classes sociais e o governo estadual, inclusive entre pecuaristas que outrora o apoiavam. Pecuaristas foram à falência devido às dívidas contraídas com bancos e a baixa procura nacional e internacional pela carne; a economia sofreu com a baixa demanda por outros produtos sul rio-grandenses devido à crise instalada junto aos cafeicultores e aos demais compradores da produção local. Como consequência, a oposição voltou a atuar de forma veemente. Dessa forma,

Em 1921 a oposição agrupou-se em torno de Joaquim Francisco Assis Brasil, que em face da violência e da fraude eleitoral de 1922, solicitou a intervenção porque os assistas fizeram a campanha do presidente Artur Bernardes e o governador reeleito, Borges de Medeiros, apoiara Nilo Peçanha. O presidente Bernardes passou a intervir nos estados que apoiaram seu opositor, mas Borges de Medeiros ofereceu apoio político e Bernardes acatou e aceitou as eleições rio-grandenses. (FLORES, 1993, p. 155).

A prática da política dos governadores estava presente, ou seja, o favoritismo para os estados que apoiassem o governo central se instalou no RS, mesmo que o apoio tenha sido uma estratégia de última hora. Borges de Medeiros não havia apoiado o presidente eleito Nilo Peçanha, no entanto decidiu conceder para estabelecer aliança favorável ao seu governo, demonstrando o caráter eleitoral tanto de Borges de Medeiros como de Artur Bernardes. O reconhecimento do poder de Borges de Medeiros e a incapacidade da república nacional enfrentar as forças da Brigada Militar gaúcha demonstram a fragilidade do regime, fatos que desencadearam as revoltas.

Com a vitória fraudulenta de Borges de Medeiros e com as violentas reações dos republicanos no interior do Estado aos ataques dos assististas, quando criticavam o governo, foi extinto o Part. Democrático e a oposição passou a se reunir na Aliança Libertadora. Por causa da posse de Borges, a oposição se levantou em armas a 11.2.1923, tendo como chefe civil Assis Brasil e diversos chefes militares locais, que agiam por conta própria, sem combates decisivos, esperando a intervenção federal. Apesar das violências inerentes a todas as revoluções, a de 1923 não foi tão sangrenta como a de 1893. Artur Bernardes não tinha força para enfrentar a Brigada Militar bem armada e fiel a Borges de Medeiros. Finalmente, a 7.11.1923, em Pedras Altas foi assinada a paz com a condição de Borges não concorrer mais à presidência do estado, indicando um candidato neutro. (FLORES, 1993, p. 157).

Os descontentamentos ocorreram na capital e no interior do estado, intensificando os debates entre os partidos. Em cidades interioranas, como Capoeiras, os grupos políticos e econômicos não contaram com a participação de pecuaristas⁴ mas de comerciantes, agricultores, industriais, médicos e farmacêuticos.

Apontamentos sobre a Revolução Federalista (1923) para a História Local

Correspondendo à primeira fase de constituição de municípios no RS (1809-1939), o Prata tem sua história associada aos apoiadores locais do governo estadual, os pitocos.

De acordo com o Boletim Gaúcho de Geografia de 1998, publicado pela Associação Brasileira dos Geógrafos Brasileiros, a constituição de grande parte das 54 cidades gaúchas em municípios autônomos passou por quatro momentos históricos. O primeiro, de 1809 a 1939, tinha como objetivo a ocupação e posse das terras. Nesse momento, a definição de cidade era conforme sua capacidade de produção agrícola e de ocupação territorial. (MIGLIA VACCA, 2021, p. 54)

Localizada na Encosta Superior do Nordeste, com altitude de 860 metros, distante 186 km da capital, o município pertencia, até 11 de agosto de 1924, à cidade de Veranópolis.

Figura 1: Mapa de localização de Nova Prata – RS



Fonte: MIGLIA VACCA, 2021.

A situação geográfica, entre a serra e o campo, possibilitou o desenvolvimento e fortalecimento do comércio, uma vez que as casas comerciais no início do século XX atendiam a moradores da área de colonização italiana e oriundos do campo.

Figura 2: Centro de Capoeiras – início do século XX.



Fonte: Acervo do Jornal Popular – Nova Prata.

A fotografia apresenta Nova Prata nos primeiros anos após a emancipação, com alguns dos estabelecimentos comerciais que abasteciam as localidades. A marcação em vermelho aponta a Casa Lenzi, uma das primeiras casas comerciais da

cidade e que ainda existe. No entorno da praça também estão a casa Cerri, Casa Schneider, sapataria e Hotel. Cada casa comercial possuía um potreiro onde os cavalos dos clientes poderiam descansar e se alimentar. Ainda, alguns comerciantes disponibilizavam cômodos para que os compradores, principalmente de regiões mais distantes, pudessem se recompor e até pernoitar.

A localidade era chamada de Capoeiras, sendo também conhecida por São João Batista do Erval. Com a emancipação, o município passou a se denominar Prata e, em 1945, Nova Prata. Capoeiras era um próspero distrito de Veranópolis e possuía aproximadamente 14.000 habitantes. O memorial elaborado pela comissão emancipacionista e enviado ao Presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros, em 1924, justifica a emancipação:

Superfície dos núcleos igual a 404 km² de terras fertilíssimas. População maior de 14.000 almas. Renda superior a Cr\$ 15.000, o suficiente para a manutenção da Nova Comuna. Possuía várias indústrias: um importante frigorífico de indústria suína, um moderno moinho de trigo. Diversas serrarias, regular número de carijos. O apoio das duas grandes fazendas, conhecidas por Pratinha, no primeiro distrito, e Licks, no 2º distrito, ambas cobertas de vastos pinheirais e excelentes terras de cultura. (GALEAZZI, 1982, p. 37).

A descrição sobre a área a ser emancipada demonstra que o distrito estava capacitado a se tornar município. O memorial é do ano citado, pois o anterior, pleiteando a emancipação, não foi atendido devido aos acontecimentos da Revolta de 1923, quando o governo estadual evitou desmembrar municípios, dessa forma afluindo apoios ao governo. Na conjuntura da época, Capoeiras possuía importante autonomia em relação à sede do município:

Economicamente falando, Capoeiras pouco dependia da sede do município. No aspecto político e administrativo, tênue cordão umbilical ligava o 2º Distrito de Capoeiras a Alfredo Chaves. Aqui havia um sub-intendente (Sub-prefeito), um sub-delegado de polícia. Estes eram os representantes da administração e da ordem no município. No mais Capoeiras tinha vida própria. Não é exagero afirmar que a vida toda, tanto da vila como do interior dependia mais de uma minoria de prósperos comerciantes, médicos e farmacêuticos aqui radicados, ou dependia mais ainda dos interesses do Governo do Estado, do que de Alfredo Chaves. (FARINA, 1986, p. 102).

A presença de grupos políticos economicamente favorecido (representados sobretudo por comerciantes) e a atuação conjunta aos senhores com formação superior (médicos) instituíram as dinâmicas sociais locais.

Atentando novamente para a importância da história local, é imprescindível questionar por que os acontecimentos de 1923 pertencem a uma espécie de esquecimento da memória coletiva local. Nessa perspectiva se compreende que

... memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. (CANDAUI, 2012, p. 19).

Assim, para residentes e parentes dos envolvidos, é possível que a identificação com os fatos não traga boas memórias e nem seja interessante sua menção. Mesmo que

Conhecer realidades do processo histórico local e regional é indispensável à construção da identidade do grupo humano. Além disso, satisfaz a necessidade de entender aquilo que está próximo de nós, diretamente relacionado à nossa vida social, econômica e cultural. (CONSTANTINO, 2004, p. 176).

Consequentemente, é a partir da história local que são processados aspectos relacionados à história política de Nova Prata, suas convergências com o passado e suas transformações. Uma vez que a ciência histórica possibilita reflexões e novos conhecimentos, atentar para 1923 é fundamental para a compreensão da história política local.

Nova Calábria⁵ : disputas entre pitocos e jagunços

Considerando a importância histórica exposta dos acontecimentos de 1923 em Capoeiras, associados ao processo de emancipação política do Prata, é necessário retomar, através da revisão bibliográfica e da história oral, processos de memória sobre os acontecimentos. A história oral e suas possibilidades estão sintetizadas na frase: “o que fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo *compreender* as expressões de sua vivência. Saber compreender significa realizar um verdadeiro trabalho de hermenêutica, de interpretação”. (ALBERTI, 2004, p. 18-19).

Nessa perspectiva, a participação do senhor Lino Cherubini no programa “Uma História para Contar”, na extinta Rádio Coroados de Nova Prata, em 1999, sinaliza para as tensões da Revolução Federalista em Capoeiras:

Havia muita rivalidade, eram dois grupos, o grupo de Borges de Medeiros e o grupo de Assis Brasil, jagunços e pitocos com rivalidade muito grande. Os médicos, os farmacêuticos lutavam um contra o outro muito. Até que veio do lado dos jagunços da minha família o Gayer se instalaram aqui com farmácia e tal, eram dois médicos e do

outro lado veio o Dr. Engel e o Dr. Scobar e não tinha farmácia, tinha só casa de saúde e eles clinicavam (CHERUBINI, 1999).

Interessante relacionar a interferência política que se acentua com a vinda de médicos e farmacêuticos de outras cidades, evidenciando que as ideias já estavam presentes, mas que a influência desses auxiliou para a afirmação das convicções tanto de pitocos como de jagunços. A entrevista de uma das primeiras professoras locais, Adelina Tomedi, no livro História de Nova Prata – RS, contribui para a percepção sobre 1923:

No tempo de Borges de Medeiros, tinha em Capoeiras dois partidos locais – a verdadeira vergonha daquela época – os jagunços e os pitocos. A população estava dividida entre estes dois partidos. Pitocos eram os republicanos aqui liderados pelo grupo do Dr. Scobar, o farmacêutico Antônio David, Fernando Luzzatto, Clemente Tarasconi e outros, os jagunços era o partido do Dr. Gayer.

A afirmação de que foi uma vergonha para a época sinaliza que muitos foram os desencontros entre os dois grupos, chamados de partidos. O relato da senhora Augusta Carbonera, esclarece que o Dr. Oscar Gayer e seu irmão Dr. Carlos Gayer eram de Porto Alegre e o Dr. Scobar era natural da Bahia. Segundo o sr. Lino Cherubini, os médicos pertenciam aos partidos políticos: os Gayer eram jagunços e o Engel, que foi o primeiro prefeito, era pitoco, a favor de Borges de Medeiros.

As defesas feitas por assististas e por borgistas desencadearam debates, oposições e até mortes. Conforme o sr. Lino

Numa festa que fizeram no Hotel do Coradin, os médicos do lado Gayer [jagunços] quiseram fazer um baile. O Gustavo Castilhos que era delegado e o Cindo Mendes, que eram valentões, começaram a beber no bar do hotel. Se desentenderam e começaram a brigar e atiraram, os dois morreram. (CHERUBINI, 1998).

Na época, o Hotel era uma construção de dois pisos em madeira e nos fundos havia um salão de festas e de bailes. Consta que os Gayer estavam promovendo um baile no local e o subdelegado Gustavo Castilhos, aliado dos pitocos e Cindo Mendes, defensor dos jagunços, se encontravam no bar do estabelecimento. Isais Marcos Manfredi narrou que

Então tinha um baile lá naquele hotel que estava te dizendo. Pelas tantas, chegaram lá da Fazenda uns caboclos valentes. Se não me engano era uns Mendes, que eram do lado dos jagunços. Não se sabe bem como, lá pelas tantas começaram a discutir, partiram pros socos e virou uma confusão. De repente, começa um tiroteio. Numa escada um grupo; noutra escada, outro grupo. Tiroteio violento. Gente gritando, gente pulando janela. Garrafas, tiros... Uns entrando na cozinha, outros se protegendo atrás das mesas derrubadas. Numa escada os jagunços, na outra os pitocos

travando tiroteio fechado. Resultado: dois mortos, um de cada lado, e muita gente ferida. (FARINA, 1986, p. 105).

Acrescentando detalhes, em 1999, o sr. Lino dispôs que

Aqui foi metido uma Calábria, aqui houve a rivalidade. Eles foram no campo, onde está hoje o Mário Cini [campo de futebol municipal] e ali marcaram uma partida de futebol com Nova Bassano era uma festa grande. Ali estava o delegado de polícia que era o Gustavo Castilhos e o Mendes, que eram dois valentões de Nova Prata, fizeram eles fazerem as pazes lá no campo, o delegado que era o Castilhos e o Cindo Mendes, a turma fez eles fazerem as pazes. Mas de noite, ali onde tem a farmácia [atual Viva Farma), no hotelzinho do Mário Coradin, um prédio de dois andares, então na frente tinha um bar e atrás do bar tinha um salão de almoço e janta e salão de baile que faziam. Fizeram uma festa grande, naquele dia que fizeram a jogatina ali, os caras estavam todos no baile. O Mendes e o Gustavo tavam ali na frente no bar e começaram a tomar cerveja e beberam um pouco demais e aí começou a virar valentia, naquele tempo eram valentes, e começaram a se desafiar e quando estava para estourar, os Gayer que eram parceria do Mendes pegaram o Mendes e retiraram ele, levaram embora. Mas quando foi para sair, na saída da porta tinha uns polícia lá fora e atiraram uma capa por cima dele e ele tirou. E, já começou o Gustavo lá de dentro atirando e a polícia atirava de lá, e foi um deus nos acuda, o pessoal que estava dançando lá atrás se atirava pela janela. Afinal, morreu os dois, ali dentro do salão tinha duas escadas, uma que subia para os dormitórios, um morreu numa escada e outro numa outra o que tinha menos tiros no corpo tinha 33 balas no corpo, um desastre. (CHERUBINI, 1999, p.).

As narrativas demonstram que assististas e borgistas estavam defendendo posições políticas estaduais na então Capoeiras. O fato do conflito e as mortes são pouco lembrados na memória local, como um apagamento necessário para algumas pessoas, uma vez que

na relação que mantém com o passado, a memória humana é sempre conflitiva, dividida entre um lado sombrio e outro ensolarado: é feita de adesões e rejeições, consentimentos e negações, aberturas e fechamentos, aceitação e renúncias, luz e sombra ou, dito mais simplesmente, de lembranças e esquecimentos. (CANDAU, 2012, p. 72).

Dessa forma, o quase esquecimento sobre os ecos da Revolução Federalista em Nova Prata demonstra processos idealizados da narrativa histórica que os fatos, entretanto, contrariam. As mortes não foram os únicos acontecimentos entre pitocos e jagunços. Lino Cherubini (1999) refere que atentaram contra a vida do Dr. Gayer. “numa noite escura foram na casa do Gayer para ele atender um homem em Nova Bassano, ele foi de cavalo acompanhando o homem e no caminho sofreu uma emboscada. Caiu do cavalo e conseguiu se safar das pauladas.” Segundo ele, depois disso, as coisas se acalmaram.

A inferência dos grupos políticos, jagunços e pitocos, acabou por influenciar os rumos políticos. Afirma Lino:

Até maio de 1924, se emancipou, o Engel foi eleito, era do lado do governo, eles colocavam quem eles queriam. Entrou prefeito o Engel. O Engel ficou aqui até que terminou o mandato dele, depois se mudou. O Gayer saiu e se mudou para Porto Alegre onde formou aquela firma Laboratório Gayer que existe até hoje e o Oscar saiu daqui e foi pra Porto União. Depois da eleição ficaram o Scobar e o Engel. (CHERUBINI, 1999)

As lideranças locais, em sua maioria comerciantes, sinalizam os estratos políticos da comunidade, permitindo associar a ideia de que “uma das vantagens das abordagens clássicas do fenômeno das elites políticas é a vinculação que fazem entre elite e dinâmica social.” (CARVALHO, 2017, p. 25). Mesmo que o autor se refira à análise da passagem da monarquia à república brasileira, sua reflexão é pertinente para esse estudo.

Figura 3: Comissão Emancipacionista



Fonte: Acervo Museu Municipal Domingos Battistel.

A imagem apresenta alguns dos que estabeleceram as dinâmicas políticas e sociais – comerciantes, industriais, médico, igreja católica e o governo estadual borgista. No quadro a palavra Prata afirma o primeiro nome do novo município e a data, 11-8-1924, o dia, mês e ano da formação da nova comuna. Os dizeres “*Salve 11 de Agosto de 1924 Data Gloriosa da Emancipação do Município*” se associa aos postulados positivistas da época, assim como os retratos: separado à esquerda Dr. Antonio Borges de Medeiros, Presidente do Estado, seguidor dos preceitos do Positivismo; da esquerda para a direita: Clemente Tarasconi, comerciante; Dr. Félix Engel Filho, médico; Henrique Lenzi, comerciante; Cônego Antônio Peres, religioso; Fernando Luzatto, industrial; e Adolpho Schneider, comerciante. Evidencia-se que apenas homens, brancos e pertencentes a categorias sociais favorecidas compuseram a comissão responsável pela emancipação.

Considerações finais

Pitocos e jagunços foram os protagonistas da Revolução Federalista de 1923 em Capoeiras. Mesmo que defendessem ideias políticas que se opunham, ambos desejavam a emancipação de distrito de Veranópolis. No decurso do ano de 1923, os pitocos apoiavam o presidente do Estado, Borges de Medeiros, que, conforme os jagunços, era um governante autoritário e que se mantinha no poder através de fraudes eleitorais, como a de 1922. Para os assististas (jagunços), era imperativo destituir o governante estadual. Além das questões políticas, o contexto foi marcado pela euforia econômica e sua imediata crise, que intensificou a oposição através dos seguidores de Assis Brasil.

Comumente, a Revolução Federalista de 1923 carrega narrativas históricas associadas a cidades de porte médio, de regiões de campanha e da capital; esse estudo demonstrou que, mesmo em lugares pequenos como Capoeiras, as ações a favor e contrárias ao governo estadual estiveram presentes, assim como as associadas ao contexto da Primeira República, como práticas de políticas de apoio, favoritismo e representantes de setores econômicos que disputam o poder político local.

As práticas de apoio ao governo estadual acabaram determinando a emancipação e a primeira administração municipal. A Revolução Federalista em Nova Prata, então Capoeiras, transformou a tranquila vila em lugar de disputas, mortes e violências, que apesar de desagradáveis (e tenderem ao obscurecimento) constituem a história e são necessárias às reflexões que possibilitam entendimentos sobre a vida política e a história local.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BARBOSA, Agnaldo Souza. A proposta de um estatuário para a História local e Regional. Algumas Reflexões. *História e perspectiva*, Uberlândia, janeiro/dez, 1999.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARBONERA, Augusta. Resgate histórico de Nova Prata. Entrevista concedida à Eliana Gasparini Xerri, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem / Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. *O pecado original da República: debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- CHERUBINI, Lino. Uma história para contar. Entrevista concedida à rádio Coroados Nova Prata, 1999.
- CHERUBINI, Lino. Resgate histórico de Nova Prata. Entrevista concedida à Eliana Gasparini Xerri, 1998.
- CONSTANTINO, Núncio Santoro. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local. São Leopoldo, *Revista Unisinos*, nº 10, 2004.
- FARINA, Geraldo. *História de Nova Prata*. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.
- GALEAZZI, Zaira. *O Grande Prata e sua História*. Porto Alegre: EST, 1982.
- MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (coord). *A Abertura para o mundo 1889 -1930*. Rio de Janeiro/ São Paulo: MAPFRE – Editora Objetivo, 2012.
- MIGLIA VACCA, Cassiano. *Nova Prata: história local, educação patrimonial e ensino de história*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, 2021.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. (org). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo oligárquico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro; FGV, 2003.
- VISCARDI, Cláudia. Primeira República (1889-1930): República Oligárquica. In: SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa. *Dicionário da República – 51 textos críticos*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

Notas

- ¹ Até o ano de 1924, a cidade de Nova Prata pertencia ao município de Veranópolis e era conhecida por Capoeiras.
- ² Revolta Federalista no Rio grande do Sul (1893), Revolta da Armada no Rio De Janeiro (1893), Revolta de Canudos (1896-1897), Revolta da Vacina (1904), Revolta da Chibata (1910), Guerra do Contestado (1912 – 1916), Semana de Arte Moderna (1922), Revolta no Forte de Copacabana (1922), Revolta Federalista no Rio Grande do Sul (1923), início das atividades da Coluna Prestes (1924), greves operárias entre outros.
- ³ Sigla do Partido Republicano Rio-grandense.
- ⁴ A região de área de colonização europeia, advinda do final do século XIX, constituiu-se em pequenas propriedades e em geografia acidentada, não favorecendo a pecuária de larga escala como em outras regiões do estado.
- ⁵ Nome associado às ações violentas ocorridas na Calábria – Itália. Muitos moradores do povoado Capoeiras eram imigrantes italianos e seus descendentes.